



LEI N.º 8.659, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera dispositivos da Lei Municipal 5.057, de 3 de outubro de 2006, que “Dispõe sobre a criação do Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho e Autoriza o Poder Executivo a conceder Bolsa de Incentivo à Qualificação Profissional e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 3.º da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único Das vagas existentes no Programa de Frentes Emergenciais, 02 (duas) serão destinadas a moradores de rua, visando incluí-los na sociedade.”

Art. 2.º Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 4.º da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único Os inscritos remanescentes ficarão em lista de espera, podendo ser chamados para substituir participante do Programa, em caso de desistência, para concluir o tempo faltante de contrato.”

Art. 3.º O Artigo 5.º da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do Inciso VIII, com a seguinte redação:

“VIII – Cesta básica.”

Art. 4.º O Inciso IV, do Artigo 6.º, da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV – Utilizar, obrigatoriamente, os equipamentos de Proteção Individual em todas as atividades do Programa, as quais serão definidas por Decreto.”



Art. 5.º O Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do Inciso V, com a seguinte redação:

“V – Justificar as faltas com Atestado Médico em caso de doença, e com Certidão de Óbito no caso de perda de familiar de primeiro grau.”

Art. 6.º O Artigo 9.º da Lei Municipal n.º 5.057, de 3 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9.º O Programa integrará as atividades da Secretaria Geral de Governo, Planejamento e Gestão (SEGP) e Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Social (SMTDS) esta no que couber.”

Art. 7.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 466, da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Social (SMTDS).

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 09 de fevereiro de 2021.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoidi
Secretária da Administração e Finanças